

# INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DAS MUDANÇAS ECONÔMICAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.

## INFORMALITY IN THE BRAZILIAN WORK MARKET: THEORETICAL AND PRACTICAL ASPECTS OF ECONOMIC CHANGES SINCE 1990 DECADE.

Fabiano Escher<sup>1</sup>

### RESUMO

*O presente trabalho objetivou apreender a forma como evoluiu o mercado de trabalho brasileiro a partir na década de 1990, no que se refere a este se mostrar preponderantemente formal ou informal, assim como a forma de ser da classe trabalhadora que o compõe. Para a resolução do problema proposto, buscou-se inicialmente a apreensão de como se processa a acumulação capitalista; bem como as conseqüências desta sobre a classe trabalhadora; para que subsidiado em tais elementos fundamentais se pudesse não somente verificar a evolução da configuração descrita, mas principalmente, entender o porquê de tal comportamento, que evidenciou na contemporaneidade a preponderância da ocupação informal em relação à formal. No que se refere ao método de análise, utilizou-se basicamente do materialismo histórico, o qual atesta que as transformações sociais e, portanto, no mundo do trabalho, são frutos das mudanças ocorridas no processo de produção/reprodução material, determinadas pelo regime de acumulação vigente.*

**Palavras-chave:** Acumulação Capitalista; Classe-que-vive-do-trabalho; Precarização do Trabalho; Trabalho Formal; Trabalho informal.

### ABSTRACT

*The research purposes to understand the evolution way of Brazilian work market since 1990 decade. It's important to consider if it shows preponderantment formal or informal, and as the working class shows itself. Resolving the proposed problem, in the beginning we looked for the understanding of the capitalist accumulation process, besides the consequences of its process over the working class. Through these fundamental elements we can check out the evolution of this configuration and, mainly, we can understand such behavior that shows nowadays the preponderance of informal occupation over the formal occupation. About the analysis method, we have made use of the historical materialism, that attests the social transformations and, consequently, they are created by the transformations in the work relations occurred in the material production process, determinated by the standing accumulation regime.*

**Key words:** Capitalist Accumulation; Work Living Class; Work Precariousness; Formal Work; Informal Work.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão.

## **Introdução.**

É um fato visível e preocupante dentro do contexto social brasileiro o crescimento da informalidade no mercado de trabalho, haja vista suas conseqüências socioeconômicas e o peso que essa crescente estrutura de emprego tem tido sobre o orçamento público quanto à previdência e assistência social. Para uma contribuição para o entendimento desse fenômeno é que escrevemos este artigo, que traz uma avaliação teórica sobre o assunto, embasada em grande parte na teoria marxista e autores modernos, estudiosos da categoria trabalho em um plano mundial e do caso específico brasileiro.

Para tal investigação é necessário compreendermos a dinâmica da acumulação capitalista. Entendendo em que constitui-se a mais-valia e, mais especificamente, a forma pela qual a mesma é obtida, é possível compreender tal processo. Que ocorre a partir da reaplicação de parte da mais-valia obtida, no próprio processo produtivo. Em sendo o objetivo do capital o de ampliar o seu excedente, ele deve intensificar a produtividade do trabalho, a fim de garantir uma produção com custos menores e, por conseguinte, com possibilidade de ampliação de mercado. Para a consecução de tais objetivos o capitalista, ao reinvestir a mais-valia, promove mudanças no processo produtivo (máquinas, equipamentos, organização do trabalho) que garantam o aumento da produtividade do trabalho e que permitam ampliar o tempo de trabalho excedente sem a conseqüente ampliação da jornada de trabalho. Pode-se definir que o processo de acumulação de capital baseia-se na substituição de capital variável por capital constante. Ou seja, na substituição de força de trabalho por meios de produção, tanto na forma de capital fixo: máquinas e equipamentos; quanto capital circulante: que são os insumos que se consomem no processo produtivo.

Desta forma, os capitalistas que conseguem promover tais mudanças ganham mercado, enquanto que os demais o perdem e têm seu capital paulatinamente incorporado ao capital possuído pelos que alteraram o processo produtivo. Têm-se, assim a acumulação conjugada à concentração de capital, que tem como uma de suas características a promoção de uma alteração na composição do capital orgânico, retratada no crescimento desigual entre o capital constante e o capital variável. De acordo com Marx (1998), o montante de capital variável investido (força-de-trabalho)

crece a taxas decrescentes, comparativamente ao montante investido em capital constante.

Pode-se mencionar que, “Com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor” (MARX, 1998, p. 732), e ainda, “(...) essa acumulação crescente e a própria centralização causam novas mudanças na composição do capital ou nova redução acelerada de sua parte variável em relação a constante” (MARX, 1998, p.733).

Entende-se, desta forma, que o processo de acumulação capitalista gera em seu mecanismo de reprodução do capital global uma população excedente à necessária diretamente a tal processo, uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, termos cunhados por Marx, tal que:

Essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que esse aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (MARX, 1998, p. 733).

Esse conceito de superpopulação relativa ou exército de reserva norteará nosso raciocínio a partir daqui, fazendo-se fundamental para a compreensão do processo de precarização do trabalho e a informalidade.

De acordo com o exposto, verificou-se que a lei geral da acumulação capitalista evidencia que “a procura por trabalho não é dada pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável, e esta cai progressivamente com o aumento do capital global” (MARX, 1998, p.267). Então se pode afirmar que com o aumento do capital ocorre uma diminuição relativa da procura por mão-de-obra, o que também contribui para o achatamento dos níveis de salário<sup>2</sup>, haja vista que uma das conseqüências da acumulação é o aumento gradativo na quantidade de mão-de-obra excedente, ou seja, o número de trabalhadores desempregados ou subempregados, que

---

<sup>2</sup> É preciso ratificar que este achatamento não pode passar de um limite socialmente estabelecido (aquele considerado como necessário para garantir a subsistência mínima do trabalhador) como, por exemplo, o salário mínimo, que dentro de um ambiente de trabalho formal, regido por normas trabalhistas, deveria a priori, garantir esse limite.

formam uma população supérflua, o chamado exército industrial de reserva, como destacado por Marx.

Neste sentido, pode-se dizer que essa superpopulação relativa, para utilizar o termo empregado por Marx, é necessária ao processo de acumulação de riqueza, assumida esta, a forma de capital ou de renda para o capitalista. O chamado exército industrial de reserva constitui-se, portanto, num exército de trabalhadores que são para o capital a força de trabalho que estará disponível para ser explorada conforme as suas necessidades variáveis de expansão e que, por outro lado, contribuirá para exercer pressão sobre os trabalhadores empregados.

De acordo com Marx (1998, p.739-740): “O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras do exército industrial de reserva”. Assim, se sujeita quem está empregado a trabalhar por um salário cada vez mais baixo, haja vista que existe uma abundância do fator trabalho no mercado. Gera-se uma concorrência entre trabalhadores empregados e desempregados, acelerando o processo de formação do exército de reserva, através de um ciclo vicioso numa escala correspondente ao progresso do processo de acumulação. Tal contexto não ocorre apenas em um setor específico, como por exemplo, o primário e o secundário, mas também no terciário (historicamente grande absorvedor de mão-de-obra)<sup>3</sup> como observado na tabela do CNI abaixo, gerando cada vez mais um enfraquecimento do trabalhador, diante da exclusão a que é submetido.

Observando a Tabela 01 constata-se que o emprego na indústria ficou praticamente estagnado ou decresceu durante todo o período, apresentando inclusive um decréscimo absoluto no montante de trabalhadores empregados. O setor de serviços, por sua vez, demonstrou um comportamento crescente tanto em termos absolutos, quanto percentuais apesar de apresentar anos em que a taxa de crescimento foi menor que em anos anteriores (2003 em relação a 2002). É importante destacar ainda, o aumento substancial dos trabalhadores por conta própria, principalmente no que se refere ao período 1990-2000, quando as taxas continuam a crescer. Como balanço geral, considerando-se o último ano do período em relação ao primeiro o que se verificou foi a seguinte variação: Indústria, queda de 6,36%; Serviços, elevação de 39,43%; Conta Própria, elevação de 31,39%. Cabe ainda ressaltar que junto com a importante evolução

---

<sup>3</sup> De acordo com dados da CNI(2006), ao se verificar o comportamento do pessoal ocupado na indústria, no setor de serviços e por conta própria, de 1990 até 2003, apenas o setor de serviços evidenciou uma progressão em todo o período (Anexo I).

do setor de serviços deve-se acrescentar que é neste que ocorre de forma mais intensa o emprego informal<sup>4</sup>.

TABELA 01 - Pessoal Ocupado: Indústria, Serviços, Conta Própria.

Ano	Indústria	Variação %	Serviços	Variação%	Conta Própria	Variação%
1990	13.684.800	-	29.984.600	-	8.554.700	-
1991	12.936.900	(5,47)	30.826.300	2,81	8.630.300	0,88
1992	12.283.400	(5,05)	31.326.000	1,62	8.727.200	1,12
1993	12.426.500	1,16	31.632.200	0,98	8.988.200	2,99
1994	12.370.900	(0,45)	32.670.700	3,28	9.486.900	5,55
1995	12.237.100	(1,08)	33.826.000	3,54	10.023.700	5,66
1996	11.982.200	(2,08)	33.876.600	0,15	9.832.100	(1,91)
1997	11.969.900	(0,10)	34.474.000	1,76	9.944.400	1,14
1998	12.138.400	1,41	35.335.400	2,50	10.272.900	3,30
1999	12.096.800	(0,34)	36.117.700	2,21	10.611.900	3,30
2000	12.939.200	6,96	38.715.800	7,19	10.980.200	3,47
2001	12.855.800	(0,64)	39.399.300	1,77	10.857.100	(1,12)
2002	13.097.700	1,88	40.767.100	3,47	11.126.800	2,48
2003	12.813.800	(2,17)	41.809.200	2,56	11.240.200	1,02

Fonte: CNI (2006)

A partir do mencionado, constata-se que a acumulação sob a forma capitalista é geradora e potencializadora de desigualdades entre as classes, de um lado, a proprietária dos meios de produção e, de outro, a possuidora da força-de-trabalho. Neste sentido, pode-se afirmar que ao se reproduzir o capital, se amplia também a proletarização e a dependência daqueles que detêm somente a força trabalho, em relação aos que têm o capital.

<sup>4</sup> A Tabela do CNI, assim como os outros dados estatísticos que apresentamos neste artigo possuem informações de 1992 a 2004, dados que o autor possuía ao efetuar a pesquisa. Contudo sabemos que a partir de 2005 tem havido certo aumento do emprego formal, o que, todavia, não invalida as conclusões do estudo, pois a tendência que é evidenciada demonstra um alto grau de informalidade crescente a partir dos anos 90.

Assim, considerando o acirramento concorrencial exacerbado na contemporaneidade pela chamada “mundialização do capital”, percebe-se de forma mais intensa a disputa por mercados e a “luta” pela manutenção da competitividade, que mergulha os setores econômicos numa busca intensa pela redução dos custos dos fatores de produção. É neste contexto que o trabalho passa a assumir cada vez mais formas heterogêneas e precarizadas, para o que contribui a ampliação da chamada superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, gestado já desde o período da chamada 1ª Revolução Industrial. É justamente sobre tal heterogeneidade, ou seja, sobre a forma de ser da classe-trabalhadora em nossa contemporaneidade que se tratará na seqüência.

### **A Superpopulação Relativa e a Classe-que-Vive-do-Trabalho.**

Neste ponto, a proposição é verificar as formas que o trabalho e o próprio trabalhador, enquanto constituinte de uma classe coletiva, vem assumindo em face das mudanças ocorridas na dinâmica do processo de acumulação capitalista, imposta pelos mais diversos regimes produtivos, bem como, pelos estágios concorrenciais a eles concernentes.

Inicialmente, trataremos da caracterização feita por Marx, no que tange à composição da classe trabalhadora de sua época, final do século XIX, bem como a sua identificação das formas nas quais apareciam a chamada superpopulação relativa. Cabe ressaltar, que a referida caracterização, observadas as especificidades evidenciadas pela dinâmica capitalista em cada período histórico, tornam-se válidas inclusive para o período atual, representando ela uma “demografia da precarização do trabalho, que se altera no decorrer do desenvolvimento capitalista” (ALVES, 2006, s/p).

Marx, em sua caracterização, sintetiza as formas de superpopulação relativa como **flutuante**, **latente** e **estagnada**. Além disso as qualifica como aguda, que ocorrem em períodos de crise e crônica, que ocorrem nos períodos recessivos, de acordo com os ciclos econômicos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Esses ciclos econômicos segundo Marx eram marcados por períodos decenais, porém há já bastante tempo, vários economistas vêm estabelecendo estudos acerca destes ciclos, suas durações, causas

A forma “**Flutuante** ou **Líquida**” trata dos trabalhadores que ora são repelidos do mercado de trabalho, ora são atraídos em menor proporção, movimento este que depende do ciclo econômico e, portanto, do estágio acumulativo-concorrencial vigente. É esta a população que em momentos de crise é expelida através da perda do emprego e que fica aguardando uma recuperação do mercado a fim de voltar a figurar entre os trabalhadores do mercado formal, porém nunca deixando o mercado de trabalho, “objeto de consumo intenso do capital” (ALVES, 2006, s/d), são trabalhadores geralmente de baixo nível educacional e que apresentam aspectos qualitativos referentes à sua formação, que tendem a perder valor no mercado. A tendência é que os indivíduos que integram tal forma de exercito de reserva (líquida) tendam a ser rebaixados a outras dentro da superpopulação relativa, haja vista que se caracterizam pelo alto nível de especialização e baixo nível de qualificação.

A respeito dessa forma de ser da superpopulação relativa pode-se mencionar, conforme destacou Antunes (1999, p. 55), que a tendência vigente sob o modo de produção capitalista de aumento da parte constante do capital em relação à variável gera uma tendência para “a redução quantitativa do operariado industrial tradicional” ocorrendo “(...) uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona a maior qualificação do trabalho e de outro a maior desqualificação”. Ou seja, “evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório de superqualificação em vários ramos produtivos e desqualificação em outros” (ANTUNES, 2002, p. 62).

Tanto a qualificação quanto a desqualificação são processos inerentes ao modo de produção capitalista. O desenvolvimento tecnológico desenvolve, por um lado, a demanda por trabalhadores com qualificações específicas, com uma formação altamente técnica para operar sistemas complexos de automação. Por outro lado, também gera a menor necessidade no *quantum* de indivíduos especializados, que em sua maioria são desqualificados, portanto não aptos a operar tecnologias de valor elevado e de manejo complexo.

Dessa forma, essa grande massa desqualificada tende a buscar ocupação em setores onde exige-se menor qualificação e onde, conseqüentemente, os salários são

---

determinantes e características em geral. Como os ciclos longos de Kondratieff, Schumpeter, Kalecki e Rangel, assim como os ciclos curtos de Juglar.

mais baixos. Assim, ela passa a desempenhar atividades sob formas de contrato de trabalho precarizado, onde encontramos o trabalho temporário, parcial, subcontratado, terceirizado ou ainda, é agregada à economia informal, que pode ser considerada como uma outra forma de existência da chamada superpopulação relativa, mais especificamente a denominada por Marx de “Estagnada”.

A segunda forma, a “**Latente**” pode ser entendida a partir dos indivíduos que a integram, quais sejam, a parcela populacional que se transfere de quando em quando do campo para a cidade, a fim de trabalhar no setor de serviços ou industrial. Para Marx é esta classe, sobretudo que constitui o “proletariado manufatureiro ou urbano” que está sempre “à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência” (MARX, 1998, p. 746), através do êxodo rural, decorrente entre outros motivos da aplicação de técnicas mais intensivas em capital, que expulsam o trabalhador do campo. Tal movimento pode ser verificado no Brasil a partir da década de 1970 com maior intensidade, após a adoção do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, no processo de difusão da “revolução verde”. Alimentando a “indústria não-agrícola” de mão de obra, inclusive mais do que o necessário para a expansão equilibrada do emprego proporcionalmente ao crescimento industrial, gerando tanto uma crise urbana como uma crise agrária<sup>6</sup>.

Por fim, a última forma, a “**Estagnada**” é formada pelo exército ativo de ocupação irregular, subempregados, portanto, não sujeita a contratos de trabalho formais, por estarem fora do mercado regulado pelas leis trabalhistas. Nesta forma, nesta forma podem ser englobados os trabalhadores que hoje compõem o chamado mercado de trabalho informal, bem como aqueles que beiram de forma mais próxima o pauperismo, forma em que o trabalho se torna precário, podendo não proporcionar as condições mínimas de consumo necessárias à subsistência. Segundo Alves (2006, s/p) “O surgimento de um precário mundo do trabalho se traduz na ampliação deste componente estagnado do mercado de trabalho. Seu aumento quantitativo tende a promover alterações qualitativas novas em sua forma de ser, tanto no sentido demográfico, quanto político-cultural. Na verdade a estagnação adquiriu conotações de exclusão (e de barbárie) social”.

---

<sup>6</sup> Sobre os processos de formação latente de exército de reserva e estrutura do emprego rural, modernização conservadora da agricultura e questão agrária no Brasil consultar Graziano da Silva (1984).

É dentro dessa forma estagnada que se desenvolve todo um processo de marginalização<sup>7</sup> das pessoas nela incluídas, pelo fato de não participarem diretamente da rede de “garantias sociais” que abarca os integrantes do mercado de trabalho formal. Essa forma é a que abriga uma superpopulação que não se encontra em atividades formais. É justamente o grande aumento histórico dessa parcela da força de trabalho que vem ocorrendo de forma mais contundente a partir dos anos 90 do século passado, ocasionado pelo novo estágio acumulativo-concorrencial vigente, que trouxe como reflexo a tendência vigente a nível mundial da flexibilização da legislação trabalhista.

Entendidas essas três formas principais de existência de superpopulação relativa apontadas por Marx, a preocupação seguinte deve ser a de evidenciar a forma de ser da classe trabalhadora em nosso tempo, haja vista que ocorreram grandes mudanças neste sentido.

Antunes (1999) avança a discussão feita por Marx (quanto à caracterização da classe trabalhadora) e modifica o termo usado por este em relação à classe trabalhadora. Para ele, na contemporaneidade é preciso falar de uma “classe-que-vive-do-trabalho” pelo fato dessa classe ser dependente do trabalho como elemento garantidor da sua sobrevivência e de seus familiares, independentemente de estarem participando formalmente ou não do processo de acumulação capitalista. O referido autor, ao dar essa nova definição à classe trabalhadora, objetiva além de ressaltar a dependência do indivíduo em relação ao trabalho, no que tange à questão da garantia de subsistência, contextualizar o papel do trabalhador dentro do atual estágio em que se encontra a evolução do sistema capitalista.

No contexto capitalista, a dependência do indivíduo em relação ao trabalho foi se acentuando a partir da evolução dos regimes produtivos vigentes sob o capitalismo. Da fase manufatureira à da acumulação flexível, passando pelo período fordista e sua crise, o que se tem observado é uma ampliação da dependência da classe trabalhadora em relação ao capital. Levando-se em consideração os reflexos sociais das mudanças na dinâmica de acumulação, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, o que se percebe de forma cada vez mais generalizada, é uma maior independência do capital em relação ao trabalho humano<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Acerca do conceito de marginalidade que utilizamos no presente trabalho, este é desenvolvido de forma detalhada por Lucio Kowarick (1975) em seu livro “Capitalismo e Marginalidade na América Latina”.

<sup>8</sup> Essa independência crescente do capital em relação ao trabalho humano se dá devido à modificação na composição técnica do capital, a qual passa a ter privilegiado o crescimento da parte constante em contraponto à variável, alienando cada vez mais a subjetividade do trabalhador.

É, portanto, neste contexto que a classe-que-vive-do-trabalho vem se metamorfoseando, ou seja, nas palavras do próprio Antunes (1999, p. 49): “Houve uma diminuição da classe industrial tradicional<sup>9</sup>” ao mesmo tempo em que (...) “efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expresso também através da crescente incorporação do trabalho feminino no mundo operário (...) uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, sub-contratado, terceirizado”. Toda essa heterogeneidade do trabalho e, por conseguinte da classe trabalhadora tem por um lado aumentado o desemprego formal e por outro aumentando as formas precarizadas de trabalho, incluindo nessas formas o aumento do mercado de trabalho informal. Nas palavras do autor:

“O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro lado, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.” (ANTUNES, 1999, p. 49-50).

Tais mutações como já ressaltado, ocorrem motivadas pela nova fase acumulativa-concorrencial vigente, a cujo emprego capitalista da tecnologia corresponde uma alteração na composição orgânica do capital vigente nos mais diversos setores da economia, não só nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento e, portanto, dependentes como é o caso do Brasil. Dessa forma, têm-se uma diminuição quantitativa do operariado tradicional que gera uma mudança qualitativa na forma de ser da classe trabalhadora, subsumida formalmente e realmente ao capital, de acordo com a conveniência na forma de subordinação do trabalho ao capital mais adequada ao modo de regulação e regime de acumulação vigente<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Por classe trabalhadora industrial tradicional entendemos a classe trabalhadora fabril clássica do período Taylorista/Fordista, não ainda fortemente ligada ao setor terciário como atualmente, classe esta que veio modificando-se com maior rapidez após os anos 70 e o surgimento de novas técnicas administrativas sobre a força de trabalho, acumulação flexível e motivos afins mencionados neste capítulo.

<sup>10</sup> Sobre “subsunção formal” e “subsunção real” subordinando diretamente o trabalho ao capital no período de acumulação vigente consultar Soares (2006).

No que se refere ao aumento do assalariamento no setor de serviços, cabe ressaltar que este não descaracteriza o ramo produtivo como motriz da economia, pois não sendo este o setor criador de capital de forma autônoma, está sujeito à produção de qualquer forma, ou seja, “o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando essa capacidade se mantém para toda a economia nacional em conjunto os serviços industriais e não-industriais (relativos às pessoas) podem sobreviver e expandir-se” (KURZ,1992, p. 209).

Considerando a heterogeneização da classe trabalhadora contemporânea e as diversas formas precarizadas que ela vem assumindo, atuando no mercado de trabalho informal, sem carteira assinada, temporário, por tempo parcial ou qualquer outra forma precária, tem-se, por conseguinte, a sua conversão, tal como destacado por Antunes (1999) de classe trabalhadora para classe-que-vive-do-trabalho. E ainda, considerando que os que a integram vivenciam uma realidade de contratos parciais ou simplesmente alheios a qualquer espécie de contrato, o que se pode dizer é que “essas diversas categorias de trabalhadores tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindical, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial” (Antunes, 1999, p. 52).

Junto à ampliação do mercado de trabalho informal, a maior flexibilização do trabalho, retratada na terceirização, no enfraquecimento sindical, no estabelecimento de contratos temporário e na subcontratação, somam-se a presença maior e crescente da parcela feminina que adere ao mercado de trabalho, em vários setores em que antes não participavam de forma efetiva. Além da sua crescente atuação dentro do próprio setor informal. Desta forma, pode-se dizer que a classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina, não se desdobrando quanto a gênero, o que segundo Ricardo Antunes (pg.53, 1999) “é, portanto por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada”.

Dado o exposto evidencia-se uma grande complexificação da classe trabalhadora, ou, da classe-que-vive-do-trabalho em nossa contemporaneidade, no caso brasileiro, especialmente a partir da década de 90. Na seqüência, seguirá uma análise individualizada da forma “**Estagnada**”, na qual está inserido o objeto central deste

estudo, os trabalhadores que integram o mercado informal de trabalho, buscando-se evidenciar a sua evolução no Brasil a partir da década de 1990.

### **A Evolução do Mercado de Trabalho Informal no Brasil.**

Ao entender a conversão da classe trabalhadora para a classe-que-vive-do-trabalho, e as especificidades de sua formação heterogênea, depreende-se o enfraquecimento desta enquanto categoria. Neste sentido, a referida heterogeneidade tem provocado uma desproletarização progressiva do operariado tradicional fabril, ou seja, do trabalhador assalariado das indústrias, em face da crescente queda nos empregos formais, conjugada ao mesmo tempo a um movimento oposto no que tange aos empregos informais, evidenciando em nossa contemporaneidade uma significativa alteração na estrutura do mercado de trabalho.

De acordo com Marx (1998), a acumulação capitalista ao mesmo tempo em que multiplica, concentra e centraliza as riquezas num processo cíclico de reprodução, substituindo capital variável por constante, gera uma superpopulação relativa, conforme já descrito em momento anterior. Considerando a classificação feita em relação às categorias que compõem a superpopulação relativa, bem como, a classificação do que chamaremos de trabalhadores informais<sup>11</sup>, entende-se que estes se enquadrariam na parcela classificada como “Estagnada”, que pode ser definida como:

“(...) parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo de nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital (...) Ela absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e também dos ramos decadentes (...) constitui ao mesmo tempo um elemento auto-perpetuador da classe operária (...)” (MARX, 1998, p. 746).

Esta forma estagnada a que Marx se refere em seu tempo, na Inglaterra Industrial do século XIX, tomou novas formas em nosso tempo, agigantou-se e deixou de desempenhar o papel tradicional do exército industrial no processo de acumulação.

---

<sup>11</sup> Classificação I da PNAD, que engloba os trabalhadores sem carteira e os por conta própria.

Tal entendimento foi desenvolvido por Nakatani (2002), ou seja, o mesmo considera que os indivíduos que não estão sendo aproveitados nas formas líquida ou latente, conforme definido por Marx (1998), assumem uma forma quase que diversa dentro da parcela estagnada, sendo cada vez mais caracterizada pelos trabalhadores ativos que estão ocupados à margem do mercado de trabalho formal, porém, ainda assim participantes da vida econômica e trabalhando, sendo essa a única forma pela qual podem garantir sua sobrevivência, não estando mais estagnados por não participarem do mercado de trabalho, mas por participarem nele de forma informal.

De acordo com dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), já no fim da década de 90 cerca de quase 50% da força de trabalho Latino-americana, principalmente a brasileira se encontrava neste caso.

Tabela 01: Trabalhadores Ocupados Com e Sem Carteira de Trabalho Assinada, Grau de Informalidade, 1992 – 2004\*, no Brasil.

	O.S.C.A	Variação %	O.C.C.A	Variação %	G.I.**	Variação %
1992	14.400.413	100	24.018.947	100	54,3	100
1993	15.173.356	5,37	24.131.810	0,47	55,0	1,35
1994	14.786.884	-2,55	24.075.378	-0,23	54,7	-0,60
1995	15.469.927	4,62	25.256.506	4,91	55,2	0,92
1996	15.701.772	1,50	25.346.978	0,36	54,9	-0,59
1997	15.818.559	0,74	25.567.610	0,87	55,2	0,67
1998	16.071.219	1,60	25.649.052	0,32	55,6	0,67
1999	16.789.330	4,47	26.346.927	2,72	56,2	1,04
2000	16.430.274	-2,14	25.997.989	-1,32	55,9	-0,52
2001	18.385.558	11,90	28.838.590	10,93	55,1	-1,47
2002	19.158.070	4,20	29.790.872	3,30	55,2	0,25
2003	18.802.771	-1,85	30.949.968	3,89	54,3	-1,73
2004	19.928.674	5,99	32.754.239	5,83	53,7	-1,08

\* 1994 e 2000: estimados por uma média dos dois anos anteriores.

\*\* Grau de Informalidade, de acordo com definição 01 da PNAD.

Fonte: PNAD (1992-2004) in: IBGE , 2006 .

Verificando-se os dados especificamente para o Brasil, os quais se encontram explicitados na Tabela 02, podemos efetuar algumas considerações a respeito da referida mudança na estrutura do mercado de trabalho, no que tange à proporção entre mercado de trabalho formal e informal, quais sejam: durante praticamente todo o período analisado, com raras exceções (1994, 2000 e 2003, lembrando-se que os dois primeiros anos foram estimados), o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada vem se ampliando a partir de 1998; quando se volta para a evolução no número dos trabalhadores com carteira se percebe quase que para todo o período um

desempenho aquém do ocorrido em relação aos sem carteira, ou seja, as taxas de crescimento são menores. Neste sentido, o comportamento observado para as duas categorias se reflete no Grau de Informalidade, que acusa para todo o período índices maiores que 50%. Cabe observar que o referido indicador é calculado levando-se em conta o somatório dos trabalhadores sem carteira de trabalho e dos trabalhadores por conta própria, divididos pelo somatório dos trabalhadores com carteira, trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria.

Diversos autores possuem opiniões divergentes acerca da função do trabalho informal sob o capitalismo atual. De acordo com as idéias desenvolvidas por Prandi (1978), o trabalho informal pode ser visto sob duas ópticas que se completam: uma é que o trabalho informal não é necessariamente capitalista, exatamente por não estar ligado formal e diretamente ao processo de reprodução do capital. E outra que diz respeito ao fato dele ser, na verdade, produto da acumulação capitalista em seu atual estágio mais do que nunca.

Acompanhando o raciocínio do referido autor, cabe destacar que apesar da caracterização do trabalho informal como “não necessariamente capitalista”, o mesmo se coloca como fundamental no sentido de garantir: a subsistência, o sentido de ocupação (a importância de se estar trabalhando<sup>12</sup>) ao indivíduo, a redução da organização dos trabalhadores enquanto classe. Assim, “(...) devemos levar em consideração que a própria sobrevivência de parte da população através do auto-emprego permite uma redução no exército industrial de reserva<sup>13</sup>, ao mesmo tempo em que mantém um excedente populacional suficiente para manter o processo de queda real dos salários e redução do desemprego aberto” (NAKATANI e SABADINI, 2002, p. 267).

Além do que, pode-se mencionar que “(...) o setor informal tem servido como um amortecedor contra o impacto da reestruturação, ocupando 60% da população trabalhadora” (POSTHUMA, 1999, p.16 e 17). Atuando, portanto, como um instrumento de contenção das contradições e distorções ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 90, em função da reestruturação produtiva, acumulação flexível e

---

<sup>12</sup> O trabalho além de garantir a sobrevivência, sob o capitalismo assume um caráter de garantir a dignidade, pelo fato de ser através deste que o indivíduo é capaz de prover a si mesmo e a seus familiares, denotando um sentido de incapacidade perante a “vita activa” do indivíduo que não trabalha, ou não trabalha de forma considerada digna.

<sup>13</sup> Para Nakatani quem participa do mercado de trabalho informal não pode ser considerado como formador do “exército industrial de reserva”, pois se encontra ocupado mesmo que não de forma tradicional.

políticas neoliberais adotadas desde então em vários países da América Latina e, de forma especial, no Brasil.

Segundo Tavares (1997), *apud* Nakatani e Sabadini (2002), a subordinação do trabalho ao capital não se aplica apenas na relação empregado/ empregador, mas em todas as formas de trabalho na sociedade capitalista. De forma que essas novas relações de trabalho devem ser vistas como instrumento utilizado a fim de superar crises e reestruturações, sendo que a informalidade é subordinada e mesmo funcional para o capitalismo contemporâneo, inclusive em atividades em que não se produz mais-valia, pois os trabalhadores que se encontram na esfera da circulação, como vendedores de mercadorias produzidas por empresas tipicamente capitalistas, são funcionais ao sistema porque fazem com que o capital retorne o mais rápido possível à esfera da produção, contribuindo para a aceleração do tempo de rotação do capital.

Discordando de Prandi, Soares (2006) argumenta que por estarem subordinadas ao capital, as atividades informais podem se expandir ou serem reduzidas em seu *quantum*, a depender das flutuações da economia, estando suas relações de produção e comerciais, subordinadas aos ciclos econômicos. Portanto sendo sempre subsumida ao capital, seja essa subsunção real ou formal. Neste sentido, ele destaca que a utilização da mão-de-obra proveniente do mercado informal é importante para terceirizar diversos serviços, o que permite ao empregador escapar das leis trabalhistas inerentes à relação de assalariamento, tornando possível a ampliação da obtenção de trabalho excedente, o que o caracteriza enquanto uma relação de trabalho capitalista, ainda que não assalariado realmente, mas tendo o trabalho formalmente subsumido.

Corroborando a opinião de Soares, Kowarick (1975, p. 20), menciona que compõem mercado informal: “(...) certas categorias que não conseguem vender no mercado sua força de trabalho, estabelecendo-se por conta própria no setor terciário da economia”. Assumindo um papel consideravelmente importante no processo de acumulação de riquezas, não sendo, portanto um desajuste do processo, mas parte dele. Desta forma, essa massa populacional que atua de forma marginalizada (porque fora do setor formal e alheia à segurança que este propicia aos seus integrantes) contribui para a acumulação do capital mesmo não estando incorporada diretamente no processo produtivo enquanto assalariados, mas de forma distinta.

Na opinião de Cacciamali (2002.a) os determinantes principais para que a composição estrutural do mercado de trabalho apontasse para um crescimento do mercado informal em contraposição ao formal são: I) os processos de reestruturação

produtiva; II) a internacionalização e expansão dos mercados financeiros; III) a abertura comercial das economias e IV) a desregulamentação dos mercados. Ainda de acordo com a mesma autora “(...) esses processos geram conseqüentemente maior incerteza econômica, menores taxas de crescimento e do emprego” (CACCIAMALI, 2000, p. 58).

Assim sendo, fica claro que o crescimento da informalidade tem suas causas advindas “das novas formas de produção e relações de trabalho que tendem a aumentar o número de trabalhadores autônomos via processo de terceirização e no aumento relativo do emprego no setor de serviços, em detrimento do emprego na indústria, que é mais propenso a gerar empregos informais” (NAKATANI e SABADINI, 2002, p. 271).

Para Nakatani e Sabadini (2002), duas formas predominam entre os trabalhadores informais, a dos trabalhadores sem registro e a dos trabalhadores por conta própria. Os primeiros são utilizados como uma alternativa mais barata em vista aos custos de manutenção dos trabalhadores com carteira assinada, como INSS, 13º salário, férias remuneradas, assim como, a seguridade e a garantia de renda em caso de demissão ou acidentes de trabalho. Os segundos surgem em função da desregulamentação do mercado e da flexibilização nas jornadas de trabalho, não existindo relação trabalhista entre prestador de serviço e o contratante que impeça o aumento da jornada de trabalho.

Cacciamali também menciona que a ampliação do mercado de trabalho formal é incentivada pelo “acionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas compensatórias, além do que, a oportunidade de ganhos superiores aos dos empregados assalariados de média e baixa qualificação, a expansão das atividades de serviço e a estratégia de sobrevivência das pessoas que tem dificuldades de buscar um outro emprego e/ou ingressar no mercado de trabalho formal” (CACCIAMALI, 2000, p.162).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho como categoria teve sua concepção social modificada no decorrer dos períodos históricos, sendo que no capitalismo passou a ter uma concepção jamais

considerada anteriormente. Passou além de elemento humano transformador da natureza a fator necessário para a criação de valor e acumulação de riqueza.

O capitalismo tende a assumir diferentes formas de regulação, de acordo com a situação política e econômica engendrada pela evolução das forças produtivas e relações sociais provenientes do regime de acumulação vigente em cada período histórico. Baseado nisso, podemos inferir que da mesma forma que o trabalho se modificou, modificou-se a forma de ser de quem o executa, a classe trabalhadora, suas funções e o modo que age dentro do novo contexto, se tornando cada vez mais dependente do capital, tornando-se de classe trabalhadora em “classe-que-vive-do-trabalho”, nos termos de Antunes (1999 e 2002).

O processo de acumulação capitalista e sua dinâmica têm mudado, modificando também como já mencionado, os agentes desse processo, fazendo do trabalho um elemento cada vez mais heterogeneizado e complexificado. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma precarização da classe que o desempenha, gerando um crescente aumento das taxas de desemprego, uma redução relativa do mercado de trabalho formal frente ao informal, evidenciando, portanto, a mudança na composição do mercado de trabalho.

Dado o exposto, percebe-se que se cria uma relação direta entre o aumento do desemprego estrutural e da diminuição das vagas no mercado formal e a expansão do mercado de trabalho informal no Brasil a partir da década de 1990. E ambos estão, portanto ligados às políticas econômicas que vem sendo implementadas no Brasil desde então, face à busca pela adaptação dos meios de produção e da forma de organização do trabalho dentro do processo dinâmico da acumulação capitalista. Podemos constatar a prevalência do trabalho informal sobre o formal no mercado de trabalho brasileiro no período de 1992 a 2004, mantendo durante todo o período taxas superiores a 50%, um fenômeno fortemente ligado à reestruturação produtiva e, por fim, consolidado pelas políticas neoliberais que se fizeram presentes na economia brasileira a partir do início da década de 1990.

É papel do economista buscar o entendimento dessas mudanças, tanto com fins teóricos como práticos, pois essas mudanças acarretam várias consequências sociais, inclusive, de forma incisiva sobre a arrecadação, políticas públicas, assistência e previdência social. Algo que deve ser de crucial preocupação, tanto para os economistas como para o próprio Estado, principalmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **O futuro do trabalho**, Coluna 01 a 07, Capturado In: [www.revistaautor.com.br](http://www.revistaautor.com.br), dia 22 de Outubro de 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 7ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_, R. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo, 1999.

CACCIAMALI, M.C. **Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho na América Latina**. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, v.16, n.2, p.64-76, 2002 (a).

\_\_\_\_\_, M.C. **Mudanças na Natureza da Política Pública e do Mercado de Trabalho na América Latina**. Colloqué Mondialisation Economique et Gouvernement dès Societés L’Amerique Latine, um Laboratoire? Paris, 7-8 Junho, 2002 (b).

\_\_\_\_\_, M.C. **Globalização e o Processo de Informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, UNICAMP, (14, p.153-174, Junho 2000).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. A Indústria e a Questão Tecnológica. Capturado em [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br), em 05/08/2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Dados Estatísticos. Capturado em [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br), em 05/08/2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. 8º ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização** (Da Derrocada do Socialismo de Caserna a Crise da Economia Mundial). São Paulo, Paz e Terra, 1992.

MARX, K. **O Capital** (Livro I e Livro II, Tomo I) São Paulo: Abril Cultural, 1998.

NAKATANI, P. & SABADINI, M. de S. **Desestruturação e Informalidade do Mercado de Trabalho no Brasil**. Revista Venezuelana de Analisis e Coyuntura, vol.VIII, nº2. (Jul-elic) pp.264-290, 2002.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD (1992 – 2004). Capturado em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), em 07/08/2006.

POSTHUMA, A. C. **Transformações do emprego no Brasil na década de 90, Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**, OIT/TEM, Editora 34, São Paulo, 1999.

PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. Edições Símbolo, São Paulo, 1978.

SOARES, M. A.T. **Mercado Informal**: da funcionalidade a subsunção formal ao capital. UFCG, Campina Grande, 2006.

TAVARES, M.A. **Os fios (in) visíveis da produção**: Informalidade e Precarização do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. Escola de S. Social (CFCH), UFRJ, Março, 2002.